

CAPÍTULO III

Doutrina Sobre o Valor

§ 1. A natureza e a origem do valor dos bens

Quando a demanda de um bem, dentro de um período em que se estende a atividade de produção das pessoas, é maior que a quantidade do respectivo bem de que podem dispor dentro desse período, as pessoas, no afã de satisfazer, de maneira mais completa, suas necessidades em relação ao respectivo bem, sentem-se estimuladas a desenvolver as atividades acima descritas, que caracterizamos como sua economia. O conhecimento dessa situação provoca, além disso, outro fenômeno cuja correta compreensão é de transcendental importância para a Economia Política; referimo-nos ao valor dos bens.

Com efeito, se a demanda de determinado bem for maior que a quantidade disponível do mesmo, é certo que, pelo fato de parte das respectivas necessidades ter de qualquer forma que permanecer desatendida, é impossível consumir qualquer parcela da quantidade disponível, sem que com isso deixe de ser atendida alguma das necessidades existentes, ou sem que as necessidades deixem de ser atendidas com a mesma plenitude que o seriam, se não ocorresse tal consumo de parcela disponível do bem em questão. Toda vez, portanto, que se tratar desse tipo de bens (em que a demanda supera a oferta), a satisfação das necessidades humanas sempre fica dependendo do consumo de cada parcela, por mínima que seja, do bem em questão. No momento em que as pessoas (envolvidas em atividades econômicas) se deitem conta desse fato, e, por conseguinte, perceberem que o atendimento de uma de suas necessidades concretas está na dependência de qualquer parcela que consumirem do respectivo bem, esses bens adquirem, para essas pessoas, o significado do que denominamos valor. Em consequência, o valor é a importância que determinados bens concretos — ou quantidades concretas de bens — adquirem para nós, pelo-facto-de estarmos conscientes de que só poderemos atender às nossas necessidades na medida em que dispusermos deles.¹

¹ A doutrina de se determinar um conceito geral de "valor" é discutida em todos os autores abalizados independentemente, que mais recentemente elaboraram uma teoria própria sobre o valor. O mesmo vale para a tentativa de abstração do valor de um dos bens, de mais utilidade dos outros. Falschander (Theorie des Wertes. Darmstadt. Lohr. Progr. 1892, p. 48) define valor como "a relação, estabelecida pelo julgamento humano, pela qual uma coisa pode ser o mais para se conseguir um objetivo digno de ser estimado" (ver também STÖCKER, Cases d'Économie Politique. Paris.

pode dizer que o atendimento de alguma de suas necessidades depende do fato de poderem dispor de um balde individual de água, razão pela qual, no caso, um balde de água não representa um valor para essa população miserável. Ao contrário, se em virtude de seca extraordinária, ou devido a qualquer outro fenômeno da natureza, o relento riochão passasse a fornecer aproximadamente quinhentos baldes de água por dia, e se os mencionados moradores não tivessem nenhuma outra fonte de provisão, não poderiam perder a mínima quantidade de água disponível — por exemplo, um balde — sem sofrerem, com isso, prejuízo no atendimento de suas necessidades; nesse caso, esse parcela mínima de água passaria a ter valor para eles.

Dai se conclui que os bens não econômicos não só não têm valor de troca — como se tem suposto até agora — como não têm valor algum; portanto, também não têm valor de uso. Mais adiante teremos ocasião de especificar melhor a diferença entre o valor de uso e o valor de troca, depois que tivermos assentado alguns pressupostos científicos. Por ora, notemos apenas que o valor de troca e o valor de uso são dois conceitos subordinados do valor, relacionando-se, um ao outro, como conceitos coordenados; em consequência, tudo o que dissermos acima com respeito ao valor geral tanto se aplica ao valor de uso como ao valor de troca.

Se grande parte dos autores de Economia Política atribuem aos bens não econômicos valor de uso, mas não de troca, e alguns autores ingleses e franceses mais recentes chegam ao ponto de querer basear totalmente o valor de uso e substituí-lo pelo conceito de utilidade, isso se deve a um desconhecimento da grande diferença existente entre os dois conceitos (valor de uso e valor de troca) e dos fenômenos subjacentes.

Utilidade é a aptidão que uma coisa tem para servir à satisfação de necessidades humanas, constituindo, portanto (a utilidade reconhecida como tal), um pressuposto básico para que uma coisa seja um bem. Também os bens não econômicos são úteis, pois têm aptidão para o atendimento de necessidades humanas, tanto quanto os bens econômicos; essa aptidão deve, naturalmente, ser conhecida por quem utiliza os bens em questão, caso contrário nem sequer se pode falar de bens. O que distingue bem não econômico de bem econômico é o fato de o atendimento das necessidades humanas não depender da disponibilidade de quantidades concretas do primeiro, mas de quantidades concretas do segundo; assim sendo, o primeiro tem utilidade ao passo que o segundo, além de utilidade, também tem para nós a importância que denominamos valor.

O erro de confundir utilidade com valor de uso não tem influência na atividade prática das pessoas, pois nunca se cuida de dizer que um indivíduo envolvido em atividades econômicas, em condições normais, tenha atribuído valor a um metro cúbico de ar, ou, nas regiões ricas em fontes, a meio litro de água, na prática qualquer pessoa distingue muito bem a aptidão de uma coisa para atender às suas necessidades, do valor dessa coisa. Todavia, o erro acima tem-se constituído em obstáculo sério para a elaboração geral dos princípios e doutrinas da Economia Política.⁵

O fato de um bem ter valor para nós significa, como vimos, que o dispor desse bem tem a importância que cabe ao atendimento de uma necessidade (ou várias), atendimento esse que seria impossível se não dispuséssemos do respectivo bem.

As nossas necessidades podem, em parte — ao menos em sua origem —, depender da nossa vontade ou do nosso costume; entretanto, uma vez presentes es-

sas necessidades, o valor que os bens têm para nós não pode mais ser algo de arbitrário, mas simplesmente a consequência necessária do conhecimento de sua importância para nossa vida ou para nosso bem-estar. E, portanto, inútil queremos que um bem não tenha valor para nós, se tivermos consciência de que o atendimento de uma de nossas necessidades depende da disponibilidade dele, como é inútil queremos atribuir valor a bens dos quais reconhecemos não depender a satisfação de nossas necessidades concretas. Por conseguinte, o valor dos bens não é algo arbitrário, mas sempre a consequência necessária do reconhecimento do homem de que é do livre usufruto deles (ou de certas quantidades dos mesmos) que depende a conservação de sua vida ou de seu bem-estar, ou pelo menos de parte desse bem-estar.

No que concerne ao conhecimento dessa relação (entre a disponibilidade do bem e o atendimento às nossas necessidades), as pessoas podem laborar em erro (coisa que pode ocorrer com todos os objetos do conhecimento humano), atribuindo a determinados bens um valor que, na situação econômica real, não possuem. Assim, acreditam que pelo fato de disporem de certo bem (ou de uma parcela do mesmo), isso depende o atendimento de suas necessidades, quando essa interdependência é inexistente, na realidade; nesse caso, temos o fenômeno do valor imaginário.

O valor dos bens está fundado na relação que tem com nossas necessidades, mas não nos próprios bens. Ao usar essa relação de interdependência, necessariamente surge ou desaparece o valor. Para os habitantes de um oásis, que dispõem de uma fonte que atende plenamente às suas necessidades de água, não terá valor algum determinada quantidade dessa água. Se, porém, em decorrência de um terremoto, de repente a abundância de água fosse reduzida, a ponto de os habitantes do oásis não disporem mais do suficiente para o atendimento pleno de suas necessidades, de sorte que o atendimento de cada necessidade concreta dependesse de uma porção determinada de água, essa quantidade determinada passaria imediatamente a ter valor para cada habitante. Esse valor desapareceria novamente, de imediato, no momento em que voltasse a existir a superabundância de água inicial. O mesmo aconteceria, se o número de habitantes do oásis aumentasse a ponto de a água disponível tornar-se insuficiente para atender plenamente à necessidade de todos. Essa variação decorrente do aumento do número de consumidores poderia até mesmo verificar-se com certa regularidade, por exemplo, toda vez que o oásis fosse visitado por numerosas caravanas.

Conclui-se, pois, que o valor não é algo inerente aos próprios bens, não é uma propriedade dos mesmos e muito menos uma coisa independente, subsistente por si mesma. O valor é um juízo que as pessoas envolvidas em atividades econômicas fazem sobre a importância dos bens de que dispõem para a conservação de sua vida e de seu bem-estar; portanto, só existe na consciência das pessoas em questão. E, entendo, pois, dizer que os bens são um valor, quando o correto é dizer que têm (ou não têm) valor, nessa linha, por vezes as pessoas falam de "valores", como se estas fossem coisas reais e independentes — dessa maneira, os valores são como que "objetivados", o que é errôneo. O que existe efetivamente são apenas coisas — ou, então, quantidades das mesmas; o valor dessas coisas é algo essencialmente diferente das mesmas — ou seja, é um juízo que as pessoas fazem sobre a importância que o dispor delas tem para a conservação de sua vida ou de seu bem-estar. A objetivação do valor dos bens — quando, na realidade, o valor é por sua própria natureza algo totalmente subjetivo — muito tem contribuído para gerar a conclusão existente quanto aos fundamentos científicos da Economia Política.

⁵ Em virtude do mencionado erro, Praxidion (Squame das Convulsões Econômicas, Cap. II, § 3) vê uma certa água inatual entre o valor de uso e o valor de troca.

§ 2. A medida última de valor dos bens

Consideremos até aqui a natureza e as causas últimas do valor, portanto, todos os elementos comuns ao conceito de valor. Acontece, porém, que na vida real o valor dos bens se nos apresenta isoladamente diferente, de caso para caso, ocorrendo até que, para o mesmo bem, a respectiva dimensão varia. O presente parágrafo tem por objetivo investigar as causas dessa variação do valor dos bens, bem como a medida dessa variação. A ordem seguida em nossa análise decorre das considerações apresentadas a seguir.

Os bens que estão à nossa disposição têm valor, mas não por si mesmos. Vimos que o importante para nós, e o que nos interessa propriamente, é o atendimento de nossas necessidades, pois é disso que dependem nossa vida e nosso bem-estar. Vimos também que as pessoas transferem essa importância (que cabe ao atendimento de suas necessidades) aos bens de que dispõem, na medida em que estes lhes garantem a satisfação das necessidades, já que, se não dispusessem desses bens (bens econômicos), não teriam condições de atendê-las. O valor de um bem, portanto, é, pura e simplesmente, a importância que damos ao atendimento de nossas necessidades, ou seja, à conservação de nossa vida e de nosso bem-estar. Se, com isso, tivermos caracterizado exaustivamente a natureza do valor dos bens, e se é certo que, em última análise, somente o atendimento de nossas necessidades tem importância para nós, e o valor dos bens é apenas a transferência dessa importância para os valores econômicos, concluiremos o seguinte: a variação da grandeza do valor de cada bem — tal como a constatamos na vida concreta — só pode fundar-se na variação do grau de importância que tem, para nós, o atendimento daquelas necessidades, que depende do usufruto dos bens em questão. Se, pois, quisermos identificar as razões últimas da variação do valor dos bens com que nos deparamos na vida concreta, teremos que cumprir duas tarefas. Teremos que investigar:

Primeiro: Até que ponto o atendimento de necessidades concretas diferentes tem para as pessoas importância diferente? (elemento subjetivo), e

Segundo: Em concreto, quais são as necessidades cujo atendimento, em cada caso, depende do fato de dispormos de determinado bem (elemento objetivo)?

Se, nessa investigação, constatamos que o atendimento das necessidades concretas tem, para as pessoas, importância diferente de caso para caso, e se, por outro lado, constatarmos que o atendimento dessas necessidades, de importância tão diferente, de caso para caso, depende da disponibilidade dos respectivos bens econômicos, teremos solucionado o problema em questão neste parágrafo, isto é, quais são as razões últimas da variação do valor dos bens.

Respondendo a essa questão, teremos respondido também à outra, como aplicar que o próprio valor de cada bem varia de caso para caso? Toda mudança é apenas uma variação no tempo; conhecendo-se, portanto, as razões últimas da variação de uma categoria de grandezas, teremos explicado as razões da variação dessas grandezas.

a. Variação do grau de importância das diversas necessidades a serem atendidas (fator subjetivo)

No que concerne à variação do grau de importância das diversas necessidades às quais temos que atender, a experiência mais comum do dia-a-dia nos ensina um fator: as pessoas costumam atribuir grau mais elevado de importância às suas necessidades de cujo atendimento depende a conservação de sua vida, e o grau de importância das demais necessidades escala-se de acordo com o grau

das necessidades. Se, portanto, as pessoas se virem na contingência de escolher entre o atendimento de uma necessidade do qual depende apenas a conservação de sua vida e o atendimento de uma necessidade do qual depende maior ou menor grau de bem-estar, costumam dar prioridade ao primeiro, da mesma forma, dão prioridade à satisfação das necessidades cujo atendimento lhes proporcionar maior grau de bem-estar (portanto, para intensidade igual, duração maior, para duração igual, maior intensidade), dando menor importância às necessidades, cujo atendimento lhes proporciona menor grau de bem-estar.

Assim, do atendimento da necessidade de alimentação — e, no caso de nós, dos ditos europeus frios, também do atendimento da necessidade de aquecer o nosso corpo com roupas e com uma moradia adequada — depende a conservação de nossa vida; em contrapartida, do usufruto de uma carruagem, de um brinquedo ou de coisas similares depende apenas um grau maior de bem-estar pessoal. Eis por que, segundo nossa observação, as pessoas temem muito mais a falta de alimentação, roupa e moradia do que a falta de uma carruagem, de um brinquedo, etc., atribuindo ao atendimento das primeiras necessidades importância incomparavelmente maior que ao atendimento das outras necessidades, do qual depende apenas — nos casos citados — prazer momentâneo, conforto maior, em suma, grau maior de bem-estar. Todavia, se compararmos essas últimas necessidades entre si, veremos que também entre elas existe diferença muito grande de importância. É verdade que a conservação de nossa vida não depende do fato de dispormos de abrigos noturnos confortáveis ou de um brinquedo. Contudo, é possível que dispôr desses dois bens contribua para o aumento de nosso bem-estar (lembrando em grau muito diferente). Eis por que, se as pessoas tiverem a opção de escolher entre um abrigos noturno confortável e um brinquedo, dispensarão o segundo com maior facilidade que o primeiro.

Constatado o fato de que difere muitíssimo a importância que tem, para o homem, o atendimento das diversas necessidades (pois há necessidades de cujo atendimento depende a conservação de nossa vida, e outras de cujo atendimento depende apenas um bem-estar maior, bem como outras de cujo atendimento depende um bem-estar menor, até chegarmos, enfim, a outras de cujo atendimento só depende pequeno prazer momentâneo), uma observação atenta da experiência distinta nos mostra que essa variação do grau de importância no atendimento das diversas necessidades não se observa somente quanto ao atendimento de necessidades diferentes, mas também quanto ao atendimento mais pleno ou menos pleno de uma mesma necessidade.

De modo geral, a conservação de nossa vida depende do atendimento da nossa necessidade de alimentação. Contudo, seria um grande erro pensar que todos os alimentos que as pessoas costumam ingerir têm a mesma importância como meios para conservar a vida ou, mesmo, como meios para salvaguardar a saúde. Isto é, o bem-estar permanente das pessoas. Sabemos como é fácil (sem comprometer a vida ou a saúde) omitir uma das refeições diárias, a experimentada nos ensina até que a quantidade de alimentos indispensável para sobreviver representa a mínima parte daquilo que pessoas de boa renda costumam consumir, que as pessoas consomem muito mais comida e bebida do que é necessário para a conservação da vida e da saúde. Se, pois, as pessoas comem, ebs o fazem com diversas finalidades: primeiro, para manter a vida; além disso, consomem certas quantidades para conservar a saúde, já que, se comerem apenas o estritamente necessário para não morrer, o organismo será atacado por doenças; finalmente, as pessoas consomem outras quantidades de alimento, não mais para conservar a vida e a saúde, mas simplesmente em função do prazer associado ao consumo de alimentos.

atos com que as pessoas atendem à necessidade de alimentação. O atendimento da necessidade de alimentação, até o ponto em que é necessário para a manutenção da vida, tem para todas as pessoas o primeiro grau de importância (o mesmo que cabe à conservação da vida), o consumo que vai além dessa necessidade, até certo ponto, ainda tem, para as pessoas, a mesma importância que cabe à manutenção da saúde (e do bem-estar permanente); o atendimento da referida necessidade para mais além tem, para as pessoas, simplesmente a importância que cabe a um prazer que vai diminuindo gradativamente de relevância, nessa sequência o consumo de alimentos chega a certo limite, no qual a necessidade de alimentação está atendida em tal plenitude que um consumo suplementar já não contribui para a conservação da vida, nem para a manutenção da saúde, nem constitui um prazer, transformando-se, então, em objeto de indiferença; e se a pessoa continuar a consumir, sentirá até incômodos, comprometerá a saúde e a própria vida.

As mesmas observações podem ser feitas com referência ao atendimento de qualquer outra necessidade humana. Um lugar para morrer, ou seja, no mínimo, um lugar para dormir, protegido contra as intempéries, é necessário para a conservação da vida, em nossos países europeus, de tão intenso; uma moradia pouco mais ampla é necessária em função de nossa saúde. Entretanto, na medida em que as pessoas possuem meios, costumam dispor de dependências suplementares (sala de visitas, salões de festa, sala de recreação, sala para guardar objetos de caça etc.), tudo isso para desfrutarem maior prazer. Portanto, também no tocante à necessidade de habitação, não é difícil perceber a grande diferença de importância que as pessoas atribuem aos diversos atos de atendimento dessa necessidade básica. Do atendimento da necessidade de habitação depende, até certo ponto, a conservação de nossa vida; do atendimento dessa necessidade, em plenitude maior, depende a nossa saúde; do atendimento ainda mais completo dessa necessidade dependerá, a seguir, um grau maior ou menor de prazer, até que, para cada pessoa, se chega a um ponto em que a utilização de outras dependências suplementares se torna totalmente indiferente, podendo até gerar incômodos.

Podemos pois, em relação à plenitude maior ou menor do atendimento de uma necessidade, fazer a mesma observação que já fizemos acima, em relação às diversas necessidades das pessoas. Se, pois, constatamos que o atendimento das diversas necessidades tem, para as pessoas, importância muito diferente, e esses graus vão desde a importância que atribuímos à conservação de nossa vida até a importância bem menor que atribuímos a pequeno prazer momentâneo, constatamos agora que o atendimento de determinada necessidade humana concreta, até determinado grau de plenitude, tem para nós a importância máxima, o atendimento a um ponto em que um atendimento mais completo dessa necessidade se torna indiferente; passando dali, qualquer ato nesse sentido, mesmo que aparentemente se apresente como forma de atendimento à referida necessidade, não somente já não tem nenhuma importância real para a pessoa, como passa a gerar incômodo.

No intuito de facilitar a compreensão do que dissemos até aqui e do que passaremos a expor mais adiante, e expressando em números as grandezas e graus de importância de que vimos falando, designaremos com o número 10 a importância que cabe à satisfação das necessidades, de cujo atendimento depende a conservação de nossa vida, os números de 9 a 0 designarão os graus de importância que cabem, em ordem decrescente, ao atendimento das demais necessidades, conforme acima descrito; teremos, assim, uma escala de importância dos diferentes graus de atendimento das necessidades, escala essa que começa com o valor 10 e vai até o valor 1.

Na medida em que a respectiva necessidade individual já estiver atendida, expressaremos em números também a importância decrescente dos demais atos de atendimento dessa necessidade; teremos então, para as necessidades, de cujo atendimento depende, até certo ponto, a conservação de nossa vida, e a seguir, para os demais graus de atendimento, dos quais depende o bem-estar, em ordem decrescente, uma escala que começa com 10 e termina com 0, e para cada atendimento de necessidade, cuja importância é igual a 9, teremos uma escala que inicia com esse valor e termina com 0, e assim por diante.

As dez escalas assim obtidas estão representadas no quadro seguinte:

I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
10	9	8	7	6	5	4	3	2	1
9	8	7	6	5	4	3	2	1	0
8	7	6	5	4	3	2	1	0	
7	6	5	4	3	2	1	0		
6	5	4	3	2	1	0			
5	4	3	2	1	0				
4	3	2	1	0					
3	2	1	0						
2	1	0							
1	0								
0									

Suponhamos que a escala I exprima a importância que cabe ao atendimento da necessidade de alimentação, importância essa decrescente, de acordo com o grau em que já atendemos a essa necessidade; e suponhamos que a escala V exprima o atendimento da necessidade de fumo de certo indivíduo; a comparação das duas escalas ilustra que o atendimento da necessidade de alimentação, até determinado grau de plenitude, tem importância indiscutivelmente maior, para esse indivíduo, do que o atendimento da necessidade de consumir fumo. Todavia, na medida em que a necessidade de alimentação tiver sido atendida até determinado grau de plenitude — por exemplo, até o ponto em que o atendimento suplementar dessa necessidade tenha, para o referido indivíduo, simplesmente a importância que sa necessidade temha, para o referido indivíduo, simplesmente a importância que sa necessidade temha para o indivíduo em questão se empenhará, a partir daí, em dar (em suas atitudes e em seu orçamento) ao consumo de fumo o mesmo grau de importância que dará à preocupação alimentar. Com efeito, embora, de modo geral, o atendimento da necessidade de alimentação tenha, para o indivíduo em questão, importância incomparavelmente maior que o atendimento da necessidade de consumir fumo, ocorre o seguinte: quando o atendimento da necessidade de alimentação atinge o grau de plenitude 6, chega-se, para esse indivíduo, a um ponto em que os posteriores atos de atendimento dessa necessidade passam a ter importância menor do que a atribuída pelo indivíduo aos primeiros atos de atendimento de sua necessidade de fumo — necessidade essa que, em princípio, é menos importante, mas, a partir desse momento, passa a ter maior importância, pelo fato de ter permanecido totalmente sem atendimento, até agora.

Com esse exemplo — tirado da experiência concreta para facilitar a explicação de terra importante, ainda que pouco explorado, da Psicologia — acreditamos ter exposto suficientemente o sentido dos números das escalas apresentadas.

Embora a atenção dos pesquisadores até agora pouco se tenha ocupado com esse fenômeno, toda pessoa envolvida (de qualquer forma que seja) em atividades

econômicas tem consciência da variação do grau de importância que tem para ela o atendimento de cada necessidade concreta. Sempre que nos depararmos com pessoas — qualquer que seja o grau cultural em que se encontram — poderemos observar que pesam e avaliam com particular atenção a escala de suas necessidades de e do atendimento às mesmas, paulando seus atos de acordo com os resultados de suas avaliações. Distingue até que essa avaliação da importância diversificada das várias necessidades e a escolha das necessidades que devem ser atendidas e das que em função dos meios disponíveis, não podem ser atendidas, ou só podem sê-lo em parte, constituem aquela parte da atividade econômica que as pessoas mais praticam, que mais influí na vida econômica e é exercida por todo indivíduo, de maneira quase ininterrupta.

Ao mesmo tempo, o reconhecimento da importância diferente que cabe ao atendimento de cada necessidade individual, bem como a cada ato nesse sentido, constitui a primeira causa da diferença de valor dos diversos bens.

b. Dependência do atendimento das diversas necessidades em relação aos bens concretos (fator objetivo)

Se para cada necessidade concreta as pessoas dispusessem apenas de um bem, apó exclusivamente para atender essa necessidade individual — de sorte que, por um lado, a referida necessidade não fosse atendida se não se dispusesse a desse bem, e, por outro lado, o referido bem só tivesse aptidão para atender à mencionada necessidade — seria muito fácil determinar o valor desse bem. Esse valor seria igual à importância que, para nós, teria o atendimento da respectiva necessidade, pois é claro que, se no atendimento de qualquer necessidade dependêssemos da disponibilidade de determinado bem, e a necessidade não fosse atendida se dele não dispusessemos (e esse bem não tivesse aptidão para atender a nenhuma outra necessidade possível), o referido bem só poderia ter valor correspondente à importância que tem, para nós, a respectiva necessidade. Por conseguinte, diante à importância que tem, para nós, a respectiva necessidade, por conseguinte, na medida em que fosse maior ou menor, para nós, a importância do atendimento da referida necessidade, na mesma proporção seria maior ou menor o valor do bem. Tornemos um exemplo: se um indivíduo dispõe apenas de um único bem, e entre os bens que salvava houvesse um (único) par de óculos corretivos, e se, devido ao defeito de visão, não há dúvida alguma de que esse par de óculos teria, para o indivíduo, toda a importância que ele atribua a uma visão perfeita — por outro lado, não poderia ter importância maior do que isso, já que os referidos óculos só teriam aptidão para atender a essa sua necessidade concreta.

Acontece que, na vida real, a relação entre os bens disponíveis e as nossas necessidades costuma ser muito mais complexa. O que ocorre na maioria dos casos é o seguinte: por um lado, não costuma haver uma única necessidade a ser atendida, mas todo um conjunto complexo delas; por outro lado, temos geralmente não um único bem, mas uma quantidade maior ou menor deles, em consequência, temos que o atendimento de uma série de necessidades — de importância muito diversificada — fica dependendo da disponibilidade de uma série de bens, sendo que, dentre estes, cada um tem aptidão para servir ao atendimento de necessidades várias, de importância muito diversificada.

Depois de uma colheita abundante, um agricultor isolado dispõe de 200 medidas de trigo. Parte desse estoque serve para assegurar a ele e à família a conservação da vida, até a próxima colheita; outra parte serve para conservar sua saúde e a de sua família; uma terceira parte é reservada para a próxima semeadura; uma quarta parte pode ser usada por ele para fazer cerveja, conhaque e para outras finalidades ditadas pelo luxo; outra parte servirá para engordar seu gado; finalmen-

te, sobram algumas medidas de trigo que, não podendo ser utilizadas para atender a outras necessidades mais importantes, são destinadas (pelo agricultor) à alimentação de animais de estimação, para de alguma forma aproveitar essa sobra.

Como se vê, do trigo que se encontra nas mãos desse agricultor depende o atendimento de necessidades múltiplas, cujo grau de importância é extremamente variado. Com ele o agricultor assegura, em primeiro lugar, sua sobrevivência material e a de sua família; a seguir, garante sua saúde e a de sua família; depois, a continuidade de seu negócio (portanto, uma base importante para a continuidade de seu bem-estar); e finalmente utiliza parte de seu trigo para fins de prazer e lazer, sendo que a importância desse prazer e lazer é muito diversificada.

Deparamo-nos, pois, com um caso — e é isso o que mais comumente ocorre na vida real — em que o atendimento de necessidades de importância muito diferenciada depende de determinada quantidade de bens, os quais, no caso presente, para simplificar, supõe-se serem da mesma natureza (trigo, e trigo de uma só qualidade). Nessa situação, pergunta-se que valor tem, para o nosso agricultor, determinada porção do trigo de que dispõe? Terão aquelas porções de trigo que asseguram a subsistência material dele e de sua família valor maior que as porções destinadas à manutenção da saúde? E estas últimas terão valor maior que as porções que asseguram sensações para a próxima semeadura? E essa última porção terá maior valor que as porções de trigo destinadas pelo agricultor a fins de prazer e luxo, e assim por diante?

Ninguém negará que é muito diferente o grau de importância das várias necessidades a serem, no caso, atendidas pelas diversas porções de trigo, escalonando-se esses graus de importância decrescente do número 10 até o número 1 (para utilizar a escala acima reproduzida); ao mesmo tempo, ninguém poderá negar que algumas porções do trigo (por exemplo, aquela que servirá de alimento para o agricultor e sua família até a próxima safra) têm para ele valor maior, ao passo que outras porções da mesma qualidade (por exemplo, aquelas com as quais produzirá bebidas) têm valor menor.

Nesse caso — como, aliás, em qualquer outro, em que o atendimento de necessidades de importância diversificada depende de determinadas quantidades de bens — deparamo-nos com esta pergunta difícil: que atendimento concreto de necessidade depende de uma porção concreta dos bens em questão?

A solução desse importantíssimo problema da teoria do valor decorre da consideração da economia humana e da consideração da natureza do valor dos bens.

Já vimos que o empenho das pessoas se volta para o sentido de atender plenamente suas necessidades, e, onde isso for inextinguível, de as atender da maneira mais completa possível! Se, pois, para determinada quantidade de bens diversos necessidades cujo atendimento tem graus de importância diferentes para as pessoas, estas cuidados de atender primeiro àquelas necessidades que, para elas, são de maior importância. Se sobrar algo, será utilizado para atender aquelas necessidades cujo grau de importância, para elas, mais se aproxima das primeiras, e depois, se ainda sobrar algo, será empregado para atender aquelas necessidades cujo grau de importância mais se aproxima da necessidade de prioridade anterior já atendida e assim por diante.⁴

⁴ No caso de um bem ter aptidão para atender a várias necessidades, e os atos individuais fazerem atendimento, sempre importante proporcionalmente decrescente, de acordo com o grau de importância em que as várias necessidades já foram atendidas, também nesse caso a pessoa utiliza as quantidades de que dispõe, primeiramente para se atos de atendimento das referidas necessidades que para ela têm maior importância (isto é, em certo tipo de necessidade), e depois, se ainda sobrar algo, utiliza para garantir o atendimento das necessidades concretas que, em grau de importância, vêm logo após a primeira, e assim por diante, até o atendimento das necessidades que tendem em ordem importante.

Imaginemos agora que a fonte passe a fornecer um volume ainda menor de água, de sorte que nosso Robinson só possa dispor de 40 medidas distintas de água. Da disponibilidade dessa quantidade total de água ainda continua dependendo, mesmo assim, a conservação de sua vida e de seu bem-estar, como antes, mas sobrevém uma mudança importante. Se antes, de toda porção parcial razoável (por exemplo, 1 medida) dependia apenas a satisfação de um prazer, agora a pergunta é esta: será que o fornecimento de uma medida a mais ou a menos de água começa a afetar o atendimento pleno das necessidades de conservação da saúde ou de seu bem-estar? Esse é realmente o caso. Com efeito, se enquanto Robinson dispunha dianteamento de muitas centenas de baldes de água, um balde individual não tinha valor algum, e se, mais tarde, quando dispunha de apenas 90 baldes distintos, cada balde individual tinha a mesma importância que a satisfação de um prazer, agora cada porção individual de água disponível já tem, para Robinson, a mesma importância que tem o atendimento de necessidades muito mais importantes, pois agora depende de cada porção individual das 40 medidas de água disponíveis o atendimento de necessidades que afetam sua saúde e seu bem-estar permanente. Ora, o valor de cada porção individual de bens é igual à importância das necessidades cujo atendimento depende da disponibilidade da referida porção. Se no início o valor de uma medida de água potável para Robinson era igual a 0, na segunda hipótese (fornecimento de apenas 90 medidas distintas) será, digamos, igual a 1, e, na terceira (fornecimento de apenas 40 medidas distintas), o valor da mesma porção individual já poderia ser representado pelo número 6 da escala supra da importância e valor.

Se, de repente, a seca se intensificasse a tal ponto que a fonte só fornecesse a quantidade de água estritamente suficiente para a conservação da vida de Robinson (em nosso caso, 20 medidas, pois essa é a quantidade de que precisa para si mesmo e para manter a vida de parte de seus animais, de cujo leite e carne depende para sobreviver), nesse caso seria claro que qualquer porção individual de que pudesse dispor teria para ele a mesma importância que a manutenção de sua vida; portanto, um valor bem maior, que poderíamos expressar com o número 10.

Como vimos na primeira hipótese, quando Robinson dispunha diametralmente de muitos milhares de baldes de água, uma porção individual (por exemplo, um balde) não tinha valor nenhum, já que de um balde de água não dependia o atendimento de nenhuma necessidade do indivíduo em questão; na segunda hipótese, uma única porção concreta (das 90 de que dispunha) já tinha a importância (e o valor) que tem, para ele, os prazeres, já na terceira hipótese (em que dispunha de apenas 40 medidas distintas de água), vimos que de cada porção concreta de água dependia, para ele, o atendimento de necessidades bem mais importantes (manutenção da saúde e do bem-estar permanente); razão pela qual aumentou o valor de cada porção individual; finalmente, na quarta hipótese, esse valor aumentou ainda mais, pois de cada porção concreta de água passou a depender o atendimento de necessidades ainda mais importantes (manutenção da vida).

Passando agora para situações sociais mais complexas, imaginemos que em um barco a vela, distante ainda 20 dias de viagem da costa, ocorre um acidente fazendo com que as provisões de alimentos fiquem reduzidas à quantidade mínima, de maneira que, de determinado alimento, por exemplo, biscoitos, sobre apenas o estritamente indispensável para cada um dos ocupantes do barco sobreviver durante os 20 dias de viagem que restam. Seria esse um caso em que, para o atendimento de certas necessidades dos navegantes, se disporia apenas de determinados bens, de sorte que o atendimento dessas necessidades dependeria totalmente da quantidade disponível. Suponhamos que, para sobreviver materialmente, cada um

dos navegantes deva consumir no mínimo 250 gramas de biscoito por dia, e suponhamos que, na realidade, cada navegante disponha apenas de 5 quilos (para os 20 dias de viagem); nesse caso, essa quantidade concreta de biscoito teria, para cada navegante, a mesma importância e o mesmo valor que a conservação de sua vida. Em tais circunstâncias, ninguém que prezasse e profira sobrevivência sucumbiria à ideia de trocar essa quantidade de alimento, ou mesmo a mínima porção dele, por qualquer outro bem que não fosse alimento, mesmo que se tratasse dos bens que, na vida comum, têm o valor máximo. Se, por exemplo, um homem rico, que se encontrasse no barco, querendo aliviar sua fome (bom: isso decorrente de consumo tão escasso de alimento) oferecesse aos demais ocupantes 250 gramas de ouro em troca de 250 gramas de biscoito, seria que nenhum deles entraria no negócio.

Suponhamos, porém, que os navegantes, além dos 5 quilos de biscoito que se encontram no barco (para cada um), viessem a dispor, cada um, de mais 5 quilos desse alimento. Nessa hipótese, a vida dessas pessoas não dependeria mais da disponibilidade de um único meio quilo de biscoito, pois, nesse caso, a sobrevivência delas não ficaria comprometida, caso fossem privadas desse meio quilo ou o tocassem por outro bem que não fosse alimento. Todavia, se é certo que sua sobrevivência não ficaria dependendo desse meio quilo, é indiscutível que esse porção não somente representaria um meio de aliviar muitas dores, mas também de manter sua saúde, pois uma alimentação tão escassa, como a de ingerir apenas 250 gramas de biscoito por dia (e isso durante 20 dias sucessivos), não poderia deixar de ter influência perniciososa sobre a saúde das mesmas; conseqüentemente, um simples meio quilo de biscoito, nessa emergência, já não teria a importância que cabe à conservação da vida, mas sem dúvida teria a importância que cada um atribui à conservação de sua saúde ou bem-estar.

Finalmente, imaginemos o caso em que o restaurante do barco em questão tivesse perdido todas as suas reservas de alimentos, mas entre a carga do mesmo figurassem algumas centenas de toneladas de biscoitos, e o capitão ordenasse que cada ocupante os consumisse à vontade. Evidentemente, os viajantes largariam mão dos biscoitos para saciar a fome; ninguém duvida de que, em tal emergência, um pedaço de carne teria valor muito grande para os viajantes obrigados a comer apenas biscoitos durante 20 dias, no passo que meio quilo de biscoito, embora não fosse totalmente destituído de valor, teria valor muito menor.

Qual é a razão que faz com que, no primeiro caso, o dispor de meio quilo de biscoito tenha para cada viajante a mesma importância da sobrevivência material, ou, no segundo caso, ainda tenha importância bastante grande (embora menor) e, no terceiro caso, não tenha nenhuma importância, ou, no máximo, importância muito pequena, no tocante à sobrevivência material de cada viajante?

Nos três casos, as necessidades dos ocupantes do barco permaneceram as mesmas, pois sua personalidade e, portanto, suas necessidades (demanda) não se alteraram. O que mudou foi a quantidade de biscoito disponível, em cada caso, para atender a essa demanda: no primeiro caso, para a mesma demanda, apenas 5 quilos para cada um (para os 20 dias); no segundo caso, uma quantidade maior, e, no terceiro, uma quantidade ainda maior; por conseqüente de caso para caso, foi diminuindo a importância daquelas necessidades cujo atendimento dependia de porções individuais concretas de biscoito.

Ora, o que observamos até aqui, primeiro no caso do indivíduo isolado (na ilha), depois no caso da pequena sociedade de marujos (separados do resto da sociedade humana), tudo isso aplica-se também às situações mais complexas de um povo e da sociedade humana em geral. As condições dos habitantes de um país

